

Aproximações sobre a “siembra petrolera” na Venezuela bolivariana (2003-2013): a condição rentística em questão

ARTEAGA, José¹

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva Ribeiro²

A presente comunicação³ apresenta investigação que visa analisar o processo de distribuição e circulação da renda petrolera entre os anos 2003 e 2013 na Venezuela, no contexto da emergência de uma perspectiva socialista.

Para a construção de uma periodização da história Venezuela, o início da extração e exportação em larga escala do petróleo representa um marco decisivo. A partir desse momento, algumas das mais desenvolvidas empresas do capitalismo mundial se instalarão em um pequeno país agrícola, pouco desenvolvido e urbanizado. A centralidade da relação com o petróleo transformaram em poucos anos a Venezuela em uma nação petrolera, marcada cada vez pela condição de exportadora de petróleo. A história contemporânea da Venezuela é a história da Venezuela petrolera.

A imagem da Venezuela como país petrolero e o reconhecimento da importância dos efeitos do petróleo para compreender sua história, nos obrigam a refletir de forma mais detida sobre este processo. Afinal, qual a relação entre a Venezuela e o petróleo? Os efeitos do petróleo enquanto matéria-prima serão em um primeiro momento muito limitados, e mesmo após o crescimento do consumo interno somente uma pequena fração do óleo extraído terá este destino. Se olharmos o petróleo enquanto processo produtivo, verificaremos que sua extração envolve uma pequena parcela da força de trabalho do país. A relação mais significativa entre a Venezuela e o petróleo, aquela que produzirá efeitos mais difundidos e duradouros, será a partir das divisas arrecadadas com sua exportação.

Será importante insistir neste ponto. A condição de país petrolero está determinada pela importância que as divisas oriundas da exportação de petróleo terão para o país. Vale destacar igualmente que a remuneração do petróleo não está somente relacionada aos seus custos de produção. No caso do petróleo, seu preço excede de forma habitual tais custos, produzindo um lucro excedente que pode ser apropriado pelos proprietários⁴. Outro elemento decisivo é que trata-se de

1 Filósofo e mestrando da Universidade Buenos Aires (UBA).

2 Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

3 Uma versão preliminar dessa comunicação foi apresentada no Colóquio Marx e o Marxismo.

4 Como afirma Marx, o conceito de renda refere-se à remuneração dos proprietários de parcelas monopolizáveis

uma renda da terra internacional, isto é oriunda do mercado mundial e condicionada diretamente por este. Esse será um elemento de suma importância, tendo em vista que a situação seria bastante distinta se esse petróleo fosse vendido principalmente no seu mercado interno. Estamos portanto falando de uma renda petroleira internacional.

É dentro deste marco que precisamos compreender a *Revolução Bolivariana*, processo de transformação vivido pela Venezuela nos últimos anos. É necessário situá-la como parte desta história contemporânea do país marcada pelo petróleo e em especial pelos seus efeitos através da renda petroleira. Que rupturas e continuidades podem ser identificadas neste processo? Como se articula novidade e repetição? A comunicação aqui apresentada tentará refletir sobre essa relação, buscando inserir o processo bolivariano no âmbito mais amplo da Venezuela petroleira.

Anteriormente, já havíamos abordado a disputa pelo controle do petróleo entre 2001 e 2003 examinando, sobretudo, as disputas pela captação da renda petroleira no próprio setor petroleiro. Analisamos a tensão entre a estratégia de maximização da renda petroleira captada pelo Estado e a acumulação transnacionalizada de capital no próprio setor petroleiro, bem como o enfrentamento entre essas duas estratégias durante este período. *A questão que nos interessa agora é analisar o processo de distribuição e circulação da renda petroleira, focalizando o período entre os anos de 2003 e 2013 onde coincidem um novo auge petroleiro e a radicalização do horizonte de transformação do processo bolivariano, com a emergência de uma perspectiva socialista.*

Como afirmamos anteriormente, os efeitos do petróleo sobre a Venezuela ocorreram em grande medida através da circulação da renda petroleira. Antes de abordar este aspecto, será importante debater brevemente a disputa pela captação da renda petroleira. Esta disputa envolverá, por um lado, o Estado proprietário do recurso natural e as companhias petroleiras, tensão importante para compreender a história da Venezuela no século XX e igualmente importante, como veremos, para a compreensão do processo bolivariano.

Bernard Mommer (2003) propõe o conceito de regime petroleiro para pensar as diferentes estratégias de controle do petróleo. Esse autor define o regime petroleiro (*oil governance structure*) como o conjunto de regras e atores envolvidos no controle do petróleo, constituindo um campo delimitado no qual são travadas as disputas pela apropriação do excedente. Os diferentes atores presentes neste regime são os proprietários do recurso natural, as companhias petroleiras e os consumidores, bem como os Estados nacionais.

da natureza, como o solo, o subsolo, etc.: “Donde quiera que las fuerzas naturales son monopolizables y aseguran al industrial que las emplea una ganancia excedente, ya se trate de un salto de agua, de una mina rica, de aguas abundantes en pesca o de solares bien situados, nos encontramos con que la persona que por su título sobre una porción del planeta puede alegar un derecho de propiedad sobre estos objetos naturales se apropia esta ganancia excedente y se la sustrae al capital activo, en forma de renta” (MARX, 1975, p. 717).

Um dos primeiros elementos a ser definido para caracterizar um regime petrolero é a questão da propriedade das jazidas. Os proprietários particulares da superfície poderão igualmente reivindicar direitos em relação ao subsolo ou este será considerado público? Na ampla maioria dos países produtores de petróleo, com a notável exceção dos Estados Unidos, a propriedade do subsolo é pública, limitando-se, desta forma, os direitos dos proprietários privados à superfície.

No entanto, a propriedade pública do subsolo não é suficiente para definir o regime ao qual determinado recurso natural está submetido. Como afirma Mommer:

Sin embargo queda todavía por considerar el asunto de la renta de la tierra. ¿Debe el Estado actuar como un propietario y comportarse del mismo modo que un terrateniente privado, es decir, debe cobrar una renta de la tierra? O antes bien, ¿debe el Estado simplemente asumir un rol de administrador de un bien público que se considera como un don libre de la naturaleza para los productores y, por ende, para los consumidores? (MOMMER, 2003, p. 91).

A partir da segunda metade do século XX, os países exportadores de petróleo, com a Venezuela cumprindo um papel pioneiro, buscaram construir as condições para transitar de um *regime público liberal*, no qual os interesses do capital petrolero transnacional se afirmavam de forma quase absoluta e limitavam a remuneração do proprietário do subsolo, para um regime no qual a propriedade pública do subsolo servisse para que a renda da terra fosse maximizada e arrecadada pelo Estado. A afirmação deste *regime público proprietário* (MOMMER, 2001) sobre o subsolo foi o grande objetivo defendido pela maior parte dos governos venezuelanos a partir da Reforma Petrolera de 1943, fazendo frente, de forma negociada, aos interesses das transnacionais do petróleo e dos países consumidores. Esta confrontação ganhou força pela formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), levando os países não só a se apropriar dos lucros excedentes do capital transnacional, mas igualmente a elevar o patamar dos preços internacionais do petróleo para que estes incorporassem uma maior renda petrolera (MOMMER, 1988).

Portanto, esse *regime petrolero público proprietário* buscava fortalecer a maximização da renda petrolera internacional captada pelo Estado e atingiu seu ponto culminante na década de 70, quando a arrecadação fiscal petrolera chegou em seu nível mais alto e a indústria foi nacionalizada, com a criação da Petróleo de Venezuela S.A. (PDVSA). Esse regime petrolero orientado à afirmação da propriedade nacional do subsolo e à ampliação da arrecadação da renda petrolera pelo Estado estava vinculado igualmente a um regime político associado à sua distribuição. A esta articulação, denominamos nacionalismo petrolero ⁵.

Entretanto, justamente no período de auge petrolero, a Venezuela irá entrar em uma

5 O nacionalismo petrolero pode, portanto, ser compreendido como a articulação entre um regime político e um regime petrolero centrado na expansão da renda petrolera do país e na sua distribuição pelo Estado. A renda petrolera permitia a consolidação do regime político e tal consolidação permitia um fortalecimento da posição do Estado venezuelano para maximizar a captação enquanto renda do excedente petrolero (RIBEIRO, 2010, p. 88).

aguda crise. A dinâmica do capitalismo rentístico, que até então havia permitido um crescimento acima da média latino-americana e mundial, é interrompida. Portanto, e tal aspecto está estreitamente associado às reflexões aqui propostas, essa crise ocorrerá quando os preços internacionais do petróleo e a arrecadação fiscal petroleira se encontravam em níveis muito elevados. Quando a renda petroleira disponível diminuiu, seja pelo aumento dos pagamentos associados à dívida externa seja devido à diminuição dos preços e volumes exportados a partir de 1986, a crise se fez sentir com força, tendo sua expressão mais marcante em 1989 com o *Caracazo* ou *Sacudón* (LÓPEZ-MAYA, 2005), levante popular contra o aumento das passagens que se transformou em uma onda de saques com especial força na capital do país, Caracas. Naquele momento o governo decreta a suspensão das garantias constitucionais e convoca o exército para reprimir a população, deixando um saldo de centenas mortos.

Nos anos 90 ocorreu um processo de liberalização do regime petroleiro, isto é, a gerência da PDVSA passou a ter um papel predominante na elaboração da política petroleira, abandonando os objetivos característicos do nacionalismo petroleiro de maximização da renda petroleira em prol de uma agenda própria de expansão da companhia. Esta agenda tinha como um de seus pontos principais a *Apertura Petrolera*, política de diminuição dos impostos do setor e da soberania jurídica da Venezuela para atrair investimentos estrangeiros. Uma das consequências desse processo foi a queda da arrecadação fiscal petroleira, contribuindo para a crise vivida pela Venezuela ao longo desse período.

A eleição de Hugo Chávez em 1998 está associada a essa crise e sua candidatura propunha como alternativa a reversão deste processo de liberalização. No programa apresentado pela candidatura do Pólo Patriótico, a Agenda Alternativa Bolivariana, a recuperação da arrecadação fiscal petroleira é uma das metas de maior importância. Contrapondo-se à política petroleira neoliberal, busca-se lançar as bases para retomar uma nova estratégia que em grande medida retomavam os elementos centrais da política petroleira anterior (CHÁVEZ, 2007, p. 126-7).

Podemos afirmar que a vitória de Chávez representou uma retomada do nacionalismo petroleiro. Mesmo assim, essa orientação levaria alguns anos para se firmar, sendo decisivo para isso o turbulento período vivido pela Venezuela entre o final de 2001 e o início de 2003. O marco inicial para uma série de mobilizações da oposição ao governo Chávez foi provocado por um conjunto de leis aprovadas no final do ano de 2001 que legislavam sobre os mais variados âmbitos, entre os quais o petróleo. A Lei Orgânica de Hidrocarbonetos previa uma nova forma de tributação da PDVSA, valorizando o pagamento de *royalties* (determinados exclusivamente pelos preços e volumes) em detrimento do Imposto de Renda (calculado a partir da dedução dos custos). Neste mesmo contexto, o governo nomeou uma nova junta diretiva para a PDVSA afinada com o seu

propósito de ampliar a arrecadação fiscal.

Os conhecidos episódios do golpe de abril de 2002 e a paralisação petroleira de dezembro de 2002/janeiro de 2003 fazem parte dessa disputa. Excede os limites desta comunicação apresentar um relato detalhado deste processo bastando afirmar que seu desenlace ocorre com a vitória do governo e a afirmação do nacionalismo petroleiro.

Neste mesmo contexto, além de políticas que ampliavam a arrecadação fiscal petroleira, ocorreu um significativo aumento dos preços do petróleo que atingiram em 2008 seu máximo histórico, tanto em termos nominais quanto se calculados em preços constantes (OPEC, 2013, p. 87).

A partir de 2003 abre-se uma nova conjuntura no país. O governo assume o controle direto da PDVSA e esta passa não só a ampliar sua contribuição fiscal como a assumir um conjunto de políticas públicas, entre as quais se destacam as várias *Misiones*.

Este novo auge rentístico está associado a uma radicalização do horizonte de transformação do processo bolivariano, expresso na emergência da proposta do socialismo do século XXI. Assim, com a retomada do objetivo de “semear petróleo”, o nacionalismo petroleiro atual busca não só desenvolver o país como apoiar a transição para o socialismo. O plano de governo do segundo mandato de Chávez intitulado *Primer Plan Socialista del Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013)* afirma de forma explícita esse objetivo.

O problema colocado nesta proposta de investigação é justamente esse: *como ocorreu a distribuição e circulação da renda petroleira entre os anos 2003 e 2013? Em que medida esta distribuição contribuiu para fortalecer a perspectiva socialista? De que forma este projeto socialista consegue se desenvolver confrontando-se com as contradições inerentes à dinâmica de funcionamento do capitalismo rentístico?*

A história da Venezuela bolivariana marcou profundamente o cenário latino-americano dos primeiros anos do século XXI. Nestes últimos anos, os acontecimentos desse país produziram visões polarizadas sobre o processo bolivariano e sobre a figura de Hugo Chávez. Compreender melhor a história recente da Venezuela ajuda a pensar os limites e possibilidades desse processo.

Tomar a questão petroleira como enfoque resulta importante devido à centralidade que a renda petroleira assume na dinâmica do país. Desde nossos primeiros estudos sobre a Venezuela, esta questão esteve presente e reconhecemos sua importância para compreender a dinâmica deste processo de transformação. Um dos pilares do processo bolivariano era a ampliação da arrecadação fiscal petroleira e uma promessa que esta melhoria as condições de vida da população e sustentaria a transição para um novo modelo produtivo. Citamos anteriormente a aguda disputa vivida pelo país entre os anos 2001 e 2003 na qual a definição de qual estratégia de controle do petróleo

predominaria. Na proposta que aqui apresentamos visamos compreender o destino da renda petroleira e refletir sobre a possibilidade desta contribuir para o fortalecimento de um projeto socialista.

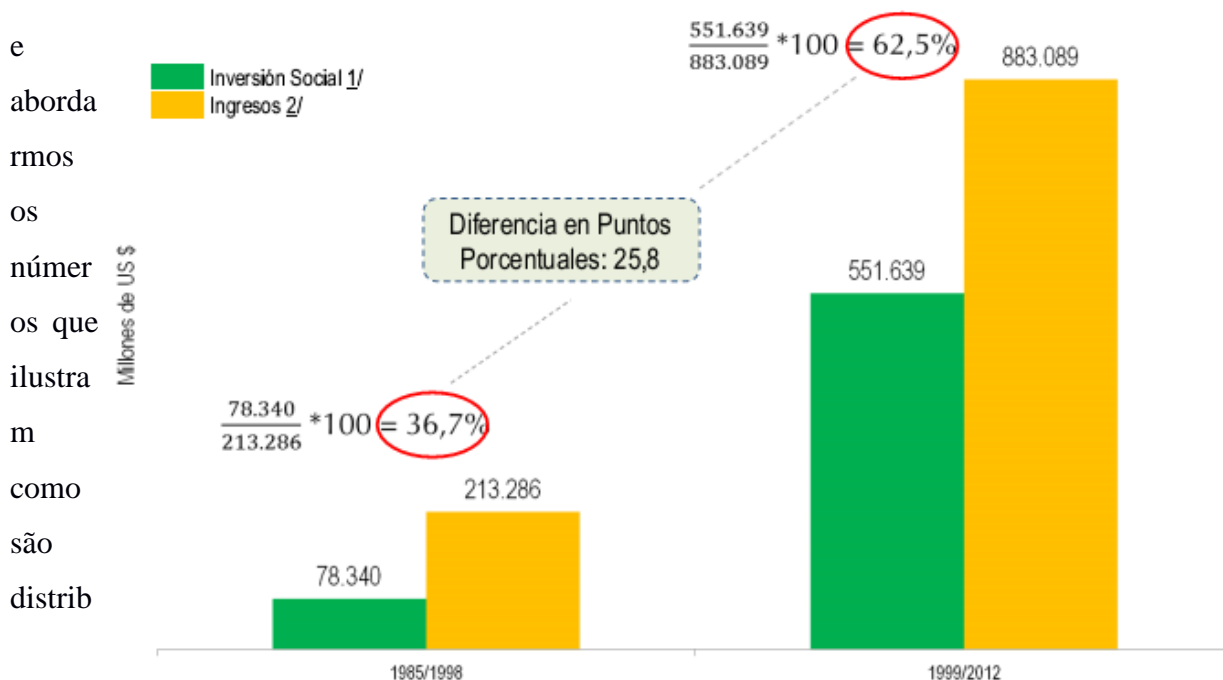
A distribuição da renda petroleira

Entre os dados mais importantes para analisar o destino da renda petroleiro, apresentamos abaixo quadro elaborado a partir de dados do Banco Central da Venezuela e do Instituto Nacional de Estatística na qual os gastos sociais são analisados. Considerando que parcela significativa da arrecadação fiscal é oriunda do setor petroleiro, tais dados são importantes para verificar os destinos da renda petroleira. Abaixo é realizada uma comparação justamente com o período anterior, 1985/1998, e o período do Governo Bolivariano até 2012.

Isto possibilitou a diminuição da taxa de desemprego de 14,7% em 1998, para 7,6% no início de 2013. Em relação à pobreza a taxa estava em 43,9% e 17,1% para a pobreza extrema em 1998 e foi reduzida respectivamente em 2013 para 21,2% e 6,0%. Para alcançar estes objetivos, o governo utilizou as *Misiones sociales* como “estratégia de inclusão social massiva e acelerada”. (GIORDANI, 2013, p. 85).

Há diversas evidências, portanto, de que a distribuição da renda petroleira conseguiu atingir diversos objetivos, contribuindo para, nas palavras dos representantes do governo bolivariano, “pagar a dívida social”.

Inversión social e ingresos, 1985/1998-1999/2012



1/: Comprende administración central, gobernaciones, alcaldías, PDVSA y FONDEN 2/: Comprende los ingresos del sector público restringido consolidado
 Fuente: - Oficina Central de Presupuesto, ONAPRE – Banco Central de Venezuela, BCV - Instituto Nacional de Estadística, INE. Cálculos propios
 - Ministerio del Poder popular de Planificación y Finanzas, MPPPF. Cálculos propios.

uídos estes recursos em relação à importação e exportação, podemos obter fortes evidências da continuidade da dependência que padece o país das importações. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, entre 1998 e 2013 as importações passaram de US\$ 14 bilhões para US\$ 47 bilhões. Certamente, este aumento é possível graças à ampliação da entrada de divisas que se originam com o aumento das exportações petroleiras a partir de 2004 e o aumento do preço do barril. No âmbito das exportações não-petroleiras, as exportações caem de 5 bilhões de dólares em 1998 para pouco mais de 2,5 bilhões em 2012.

Identificamos que existe um aumento da arrecadação fiscal no período passando de US\$ 213 bilhões no período 1985-1998 para 883 bilhões no período 1999-2012. Do total arrecadado, 60% é dedicado ao gasto social. Neste mesmo período, as exportações não-petroleiras diminuíram e as importações aumentaram. Podemos supor que durante este período o governo bolivariano aumentou a captação da renda petroleira e ampliou o gasto social, mas junto com isso verifica-se igualmente uma maior dependência das exportações de petróleo e das importações.

A distribuição da renda petroleira para o setor privado e a fuga de divisas

O tema da distribuição da renda petroleira vem sendo debatido com mais intensidade nos últimos anos na Venezuela. O contexto atual, marcado pelo desabastecimento de um conjunto de produtos e pela abertura crescente da brecha entre o dólar oficial e paralelo, estimulou tais análises. O programa bolivariano (CHÁVEZ, 2007) esteve fundado em grande medida na crítica à redução da arrecadação fiscal petroleira, isto é da parcela da renda petroleira apropriada pelo Estado. Como citamos anteriormente, o momento no qual o marco regulatório do setor petroleiro era modificado, principalmente entre 2001 e 2003, foi marcado por agudas tensões e se concluiu com a retomada do nacionalismo petroleiro.

Tal perspectiva está munido de um conjunto de argumentos e estratégias para fazer frente às empresas transnacionais e posteriormente à própria gerência da PDVSA em sua contraposição à ampliação da apropriação da renda petroleira pelo Estado. Entretanto, as estratégias de distribuição desses recursos, sintetizadas na consigna de semear petróleo, nota-se que a ausência de um balanço mais contundente dos auges petroleiros anteriores e dos diversos mecanismos de circulação da renda petroleira que permitem que determinados setores da classes dominante possam se apropriar de forma predominante.

Apresentamos a seguir algumas das análises que julgamos mais interessantes sobre a questão. Estas nos permitem uma primeira aproximação com o fenômeno que certamente deverá ser

desenvolvida. Seu mérito é de colocar em questão a sementeira do petróleo como processo controlado basicamente pelas ações desde a orientação do orçamento público, indicando a ação de outros agentes que devido a posições de força na estrutura econômica, podem se apropriar de forma crescente da renda petroleira.

Dentre as análises atuais que enfatizam o uso da renda pelo setor privado, destacam-se as análises de Luis Enrique Gavazut (Marea Socialista – Movimiento de Batalla Social Punta de Lanza) e Manuel Sutherland (ALEM-CIFO) para a compreensão do processo de atribuição de divisas durante o Governo Chávez, especialmente a partir do início do controle de câmbio, em 2003.

As primeiras investigações de Luiz Enrique Gavazut sobre a alocação de divisas são apresentadas a partir do ano de 2014 quando publicou documento intitulado *“Dólares de maletín, empresas extranjeras y modelo económico socialista”* (2014) texto que apresenta uma importante compilação da base de dados de Cadivi onde se especifica o total de empresas que receberam dólares para importação no período de 2004 a 2012.

Cuadro 2. Divisas otorgadas por Cadivi (2004-2012). Total Divisas aprobadas por Empresas (millones US\$)

EMPRESAS BENEFICIARIAS	PARA IMPORTACIONES ORDINARIAS				SUBTOTAL DESTINADO A IMPORTACIONES ORDINARIAS		
	2004-2011		2012				
	SOLIC.	MONTO	SOLIC.	MONTO	SOLIC.	MONTO	
Todas las Empresas que recibieron Divisas entre 2004 y 2012 (Total = 10.374)	1.601.337	138.061	107.761	18.180	1.709.098	156.241	
Primeras 100 (0,964%) (en orden de magnitud de las divisas recibidas)	Cant.	358.023	56.097	26.782	8.245	384.805	64.343
	%	22,4%	40,6%	24,9%	45,4%	22,5%	41,2%
Primeras 500 (4,82%) (en orden de magnitud de las divisas recibidas)	Cant.	744.492	91.103	54.627	12.642	799.119	103.744
	%	46,5%	66,0%	50,7%	69,5%	46,8%	66,4%

EMPRESAS BENEFICIARIAS	TOTAL GENERAL DIVISAS OTORGADAS POR CADIVI (2004-2012)	
	SOLICITUDES	MONTO
Todas las Empresas que recibieron Divisas entre 2004 y 2012 (Total = 10.374)	1.728.376	180.568
Primeras 100 (0,964%) (en orden de magnitud de las divisas recibidas)	Cant. 388.529	81.337
	% 22,5%	45,0%
Primeras 500 (4,82%) (en orden de magnitud de las divisas recibidas)	Cant. 808.328	125.714
	% 46,8%	69,6%

Fuente: Elaboración propia con datos tomados de la Comisión de Administración de Divisas (CADIVI).
<http://www.cadivi.gob.ve>.

Nos dois quadros elaborados por Gavazut podemos ver o resumo de uma parcela das empresas beneficiadas com alocação de dólares por parte de Cadivi no período 2004-2013 Gavazut ressalta: “*Sólo las primeras 100 empresas de la lista, ordenada descendentemente obtuvieron el 45% del total de divisas por CADIVI (es decir, casi la mitad de los 180.568 millones de dólares otorgados a lo largo de los nueve años de período analizado)*” (GAVAZUT, 2014a)⁶. Entre as 15 empresas que mais receberam divisas (20% do total das divisas repassadas no período) “*4 son de capital nacional y 11 multinacionales extranjeras*” (GAVAZUT, 2014^a). O autor afirma que a preponderância do setor transnacional na apropriação das divisas representa um dos principais pontos para entender o que chamou de “el desfalco a la nación”. Por um lado, através do conceito de repatriação de dividendos as transnacionais conseguem remeter a suas contas o valor correspondente em dólares dos bolívares que produzem no país. Mas o sistema de repatriação não é suficiente:

es un hecho reconocido que frente a dificultades para obtener libremente las divisas necesarias para repatriar dividendos y otros fondos excedentes de explotación, las filiales de las empresas multinacionales recurren a la práctica fraudulenta de la “sobrefacturación de importaciones”, normalmente por concepto de insumos y componentes intermedios (muchas veces incluso bienes terminados) “comprados” a su propia casa matriz o a otras filiales hermanas domiciliadas en países distintos de Venezuela (GAVAZUT, 2014)

Desta forma, o autor questiona que a apropriação fraudulenta de divisas seja oriunda principalmente de “empresas de maletín”, as que em uma tradução livre poderiam ser definidas como empresas fantasmas. Esta discussão aparece no contexto em que uma das presidentes do Banco Central da Venezuela afirmou que cerca de 20 bilhões de dólares teriam sido perdido por conta de operações fraudulentas.

Após o anúncio pelo governo de listas de “empresas de maletín”, um novo artigo publicado por Gavazut em Aporrea (27-08-2014), entitulado “La verdad sobre las listas de empresas

⁶ Vale destacar que somente 5 empresas (General Motors Venezolana, C.A., Sidor, C.A. Telcel, C.A., Toyota de Venezuela, C.A. y Ford Motor de Venezuela, S.A.) foram destinatárias de 10% dos dólares atribuídos nesse período.

de maletín publicadas por el ministerio público y CENCOEX”, após revisar a importância de tais empresas no total de divisas atribuídas no ano de 2012, o autor reforçou sua conclusão que estas representam um percentual marginal da fraude importação, menos de 2%:

Cuadro 2. Significación de las Empresas de Maletín publicadas por el Ministerio Público y CENCOEX en relación al Monto Total estafado en 2012

	2012		2004-2012	
	Solicitudes	US\$	Solicitudes	US\$
Totales	1.278	298.477.142	17.749	2.170.799.943
% 20.000 Millones		1,49%		
% Estafa 2012 pendiente		98,51%		

Nota: 1,49% como máximo (suponiendo que todas las divisas adjudicadas fueron estafadas)

O autor afirma que: “*Em términos de monto de divisas recibidos, las empresas que estafaron a la nación corresponden a las empresas del gran capital, principalmente a las empresas multinacionales extranjeras*” (GAVAZUT, 2014b).

Em outro trabalho, “*Sinfonía de um Desfalco a la Nación: Tocata y fuga de Capitales*”, Gavazut (2014c) apresenta um conjunto de quadros onde se apresentam os diversos setores das empresas que receberam a maior parte dos dólares no período citado.

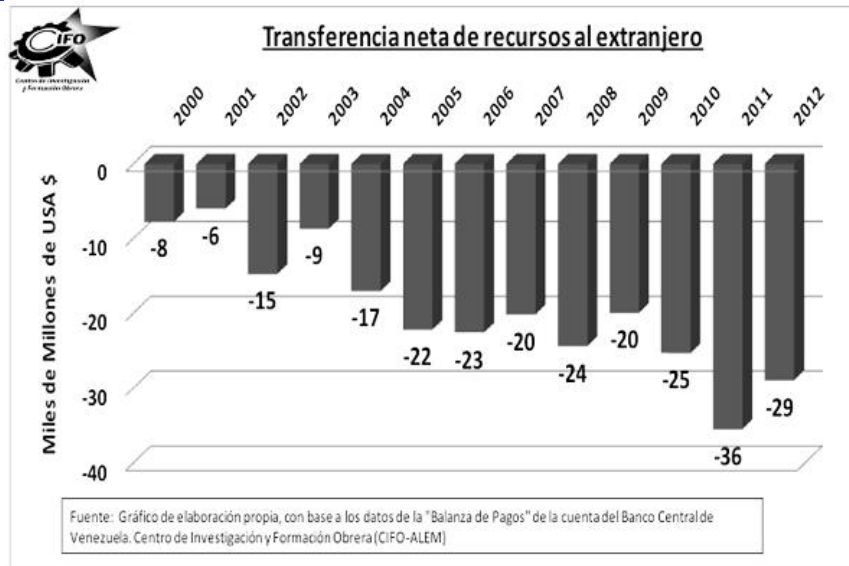
Cuadro 1. Divisas otorgadas por Cadivi (2004-2012). Las 100 Mayores Empresas del Ranking Cadivi consolidadas por Sectores de Actividad Económica y Composición del Capital Accionario (millones de US\$) /*

SECTOR	TOTAL	EXTRANJERAS	NACIONALES			MIXTAS
			Privadas	Públicas	Nacionalizadas	
Ensambladoras	16.819	16.360	459			
Alimentos	16.138	6.669	8.184		1.286	
Farmacéuticas	11.534	11.534				
Telecomunicaciones	9.289	5.633		591	3.064	
Aerolíneas	6.151	6.151				
Siderúrgicas	4.732				4.732	
Artículos de Uso Personal	2.316	2.316				
Neumáticos	1.791	1.791				
Computación	1.500	1.221		278		
Insumos Agrícolas	987				987	

Fuente: Elaboración propia con datos tomados de la Comisión de Administración de Divisas (CADIVI). <http://www.cadivi.gob.ve>.

/* Tomado de: Gavazut (2014, s/p).

Na pesquisa do economista Manuel Sutherland se encontram um conjunto de artigos nos quais destaca a questão da fuga de capitais durante o período estudado. Segundo Sutherland, mais de 224 bilhões saíram do país durante esse período. (SUTHERLAND, 2014):

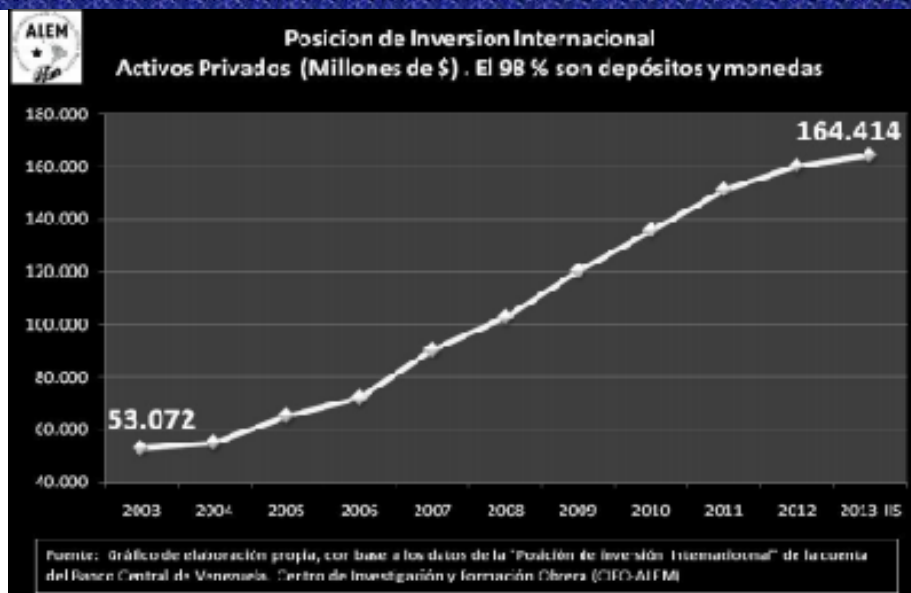


O autor defende que o principal mecanismo seria através da importação fraudulenta.

Como exemplo, cita:

Por ejemplo, un empresario pide 100 dólares para importar 100 kilos de carne, y en aduana sólo llegan 30 kilos. De esos 30 kilos probablemente una parte esté en mal estado (comprado con descuento) y la otra tenga un sobreprecio bestial (se pidió lomito y se importó carne de tercera calidad). De lo poco que efectivamente ingresó, un buen porcentaje emigra por contrabando a Colombia o a Brasil. Ese importador pidió dólares a 6, 3 Bs./\$, digamos unos 100 dólares para traer 100 kilos. Por esa cantidad pagó 630 bolívares. Ahora, vendiendo apenas 20 kilos de carne por contrabando, con un tipo de cambio de un dólar por 70 Bs, este empresario puede recibir 1400 Bs. Con ello puede sobornar a los funcionarios públicos de aduana, tributos y a los militares que "custodian" las fronteras. Los 70 kilos que no llegaron al país se convierten en algo menos de 70 dólares que el proveedor depositó en una cuenta en el extranjero del empresario. Dichos dólares, si decide venderlos, equivalen a 4900 Bs. En total, los 630 bs que invirtió, se convirtieron en 6300 bs, devengando un fantástico margen de beneficios de alrededor de 900 %, libres de impuestos. (SUTHERLAND, 2014).

Tais mecanismos se relacionam estreitamente com o brutal desabastecimento vivido pelo país, apresentando elementos que permitem compreender aquilo que o governo chama de "guerra econômica".



O mais paradoxal é que a fuga de capitais ocorre em pleno regime de controle de câmbio. Entre 2003 e 2013, há um aumento de cerca de 111 bilhões nas contas de venezuelanos no exterior, excluindo deste cálculo os investimentos em ativos financeiros, imóveis, etc (SUTHERLAND, 2014b). Neste sentido, Sutherland argumenta que para a burguesia local (nacional e estrangeira) não faltam dólares, mas sim existem mecanismos mais lucrativos, mediados pelo setor importador, para se apropriar da renda petroléira.

Considerações finais

Na presente comunicação buscamos apresentar a problemática de uma pesquisa em andamento, dialogando com alguns estudos que apontam caminhos de pesquisa importantes. Chama atenção até o momento que devido ao seu controle de postos chave da estrutura econômica os setores dominantes conseguiram se apropriar de uma parcela crescente da renda petroléira. Excede os limites da presente comunicação analisar em detalhe a conjuntura mais recente da Venezuela, entretanto a compreendemos em sua estreita relação com as questões aqui apresentadas. Como afirmamos anteriormente, o projeto bolivariano se baseou em uma retomada do nacionalismo petroléiro, compreendido como a articulação entre um regime político e petroléiro centrado na maximização da renda petroléira. Frente à liberalização do setor e ao movimento de autonomização da dinâmica da empresa nacional de petróleo, o movimento bolivariano retomou a bandeira da ampliação da arrecadação fiscal do setor. O ano de 2003 é o marco da consolidação dessa nova estratégia que coincidiu ainda com a ascensão dos preços internacionais do petróleo, proporcionando condições para que a “siembra petrolera” pudesse ocorrer. O fluxo de divisas para o país permitiu melhorar significativamente a vida da parcela mais pobre da população entretanto

proporcionou à burguesia venezuelana novos mecanismos de acumulação de capital estreitamente associados à circulação da renda petroleira. Vale destacar, portanto, as permanências que situam o processo bolivariano plenamente no marco mais amplo da Venezuela petroleira.

Bibliografia:

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo Rafael (2007). *Senderos de la vía bolivariana. Cuatro documentos esenciales*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.

GAVAZUT, Luis Enrique (2014a). “Dólares de maletín, empresas extranjeras y modelo económico socialista”. *Aporrea*. Caracas.

GAVAZUT, Luis Enrique (2014b). “Sinfonía de un desfalco a la Nación: Tocata y fuga de capitales”. *Aporrea*. Caracas.

GAVAZUT, Luis Enrique (2014 C). “La verdad sobre las listas de empresas de maletín publicadas por el ministerio público y CENCOEX”. *Aporrea*. Caracas

GIORDANI, Jorge (2013). *De la inclusión social a la Venezuela productiva bolivariana*. Caracas: Correo del Orinoco.

LÓPEZ-MAYA, Margarita (2005). *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil.

MARX, Karl (1975). *El Capital (Tomo III)*. México: Fondo de Cultura Económica.

MOMMER, Bernard (2001). “Venezuela, política y petróleos” . VALECILLOS, Héctor; BELLO, Omar (org.). *La economía contemporánea de Venezuela*. Caracas: BCV.

MOMMER, Bernard (2003). *Petróleo Global y Estado Nacional*. Caracas: Comala.com.

ORGANIZATION of the Petroleum Exporting Countries (2013). *OPEC Annual Statistical Bulletin 2013*. Viena: OPEC.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva (2009). *Petróleo e processo bolivariano. Uma análise da disputa pelo controle do petróleo entre 2001 e 2003*. Dissertação de Mestrado. PPG em História da UFRGS.

SUTHERLAND, Manuel (2014a). La salida de divisas en Venezuela. *Contrapunto*. Caracas.

SUTHERLAND, Manuel (2014b) Fuga de capitales (Venezuela y A.L.). fraudes, devaluación u estatización del comercio exterior. *ALEM-CIFO*. Caracas